



Ainda, no próprio portal compras governamentais no qual foi realizado o referido pregão, consta a seguinte mensagem:

“Prorrogação da Certidão de Habilitação Econômico-Financeira

Publicado: Quinta, 14 de Maio de 2020, 13h01

Senhores fornecedores, pregoeiros e gestores de compras,

A Secretaria de Gestão informa que o prazo de validade da qualificação econômico-financeira referente aos demonstrativos do exercício de 2018, das empresas cadastradas no Sicaf fica prorrogado até 31 de julho de 2020, conforme o disposto no §4º do art. 16 da Instrução Normativa nº 3 de 26 de abril de 2018.

Nesse sentido, esta Secretaria informa que, mesmo que conste como "vencido" o prazo da qualificação econômico-financeira após 31 de maio de 2020, a certidão permanece válida até 31 de julho de 2020.

Tal alteração se deu em virtude da publicação da Instrução Normativa nº 1.950, de 12 de maio de 2020, pela Receita Federal do Brasil, que altera o prazo de apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD) referente ao ano-calendário de 2019 até o último dia útil do mês de julho de 2020, inclusive nos casos de extinção, incorporação, fusão e cisão total ou parcial da pessoa jurídica.

Por oportuno, reforçamos que as demonstrações contábeis referentes ao ano-calendário de 2019, devem ser apresentadas no Sicaf até 31 de julho de 2020.

Para acessar a íntegra da IN nº 1.950, de 2020, clique aqui.

Em caso de dúvidas, favor contatar a Coordenação-Geral de Normas por meio do email cgnor.seges@planejamento.gov.br”

(<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/1308-prorrogacao-da-certidao-de-habilitacao-economica-financeira>)

O objetivo quando apresentamos a proposta de preços, é de cumprir com as exigências do Edital, especificações, documentação e inclusive o melhor preço, apresentando equipamento compatível ou superior ao solicitado, e acreditando que conseguiremos atingir as expectativas do usuário, que estará realizando um exame correto e preciso.

E baseando-se na finalidade básica da licitação, onde seleciona a “proposta mais vantajosa para Administração Pública e que atenda perfeitamente ao solicitado no edital”, e esta vantagem dando-se através da adequação e satisfação ao interesse público, e que atenda aos requisitos, especificação e o julgamento de menor preço unitário contida no presente edital.

Isto posto,

Diante dos fatos apresentados para: item 07.

Requer:

Seja dada providência ao presente Recurso, pela Comissão de Licitação e seja acatado o devido documento e reclassifique a empresa V.L. FUZETI – COMERCIAL, vencedora do item.



RECURSO :

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS
ESTADO DO PARANÁ
PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 40/2020

RECURSO

Prezados Senhores,

A empresa V.L. FUZETI - COMERCIAL, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.523.731/0001-35, com sede na AV Espírito Santo, 570, Jardim Apucarana, cidade de Apucarana, Estado do Paraná, neste ato representado por VALQUIRIA LUIZ FUZETI, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.733.586-6 SSP/PR, CPF nº 790.290.009-53, e como licitante do Edital manifestado intenção em tempo hábil, vem interpor, tempestivamente e respeitosamente, com base na verdade e honestidade, nos fatos e na justiça, assim como na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 e Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, apresentar junto ao Presidente da Comissão de Licitação, e ao respectivo Departamento Jurídico o seguinte RECURSO:

I – DO RESULTADO DA PRESENTE LICITAÇÃO

Prezados, a recorrente apresentou proposta para participar do Item 07 (Detector fetal) apresentando o menor valor e vencendo o devido item. Porém foi inabilitada com a seguinte justificativa “Apresentou o balanço patrimonial de 2018.”

Conforme “INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.950, DE 12 DE MAIO DE 2020, apresentada no DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Publicado em: 13/05/2020 | Edição: 90 | Seção: 1 | Página: 49

Órgão: Ministério da Economia/Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

... Art. 1º O prazo para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) previsto no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.774, de 22 de dezembro de 2017, referente ao ano-calendário de 2019, fica prorrogado, em caráter excepcional, até o último dia útil do mês de julho de 2020, inclusive nos casos de extinção, incorporação, fusão e cisão total ou parcial da pessoa jurídica.

Podendo ser conferido no link <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-1.950-de-12-de-maio-de-2020-256532019>. “

Portanto, ainda estando em validade o prazo da qualificação econômico-financeira apresentada.

Ainda, no próprio portal compras governamentais no qual foi realizado o referido pregão, consta a seguinte mensagem: